

**MOVIMENTOS GREVISTAS DE OPERÁRIOS  
E TRABALHADORES RURAIS:  
narrativas cindidas?**

***STRIKE MOVEMENTS OF FACTORY  
AND RURAL WORKERS:  
split narratives?***

---

José Sérgio Leite Lopes\* (UFRJ)  
Marilda Aparecida de Menezes\*\* (UFABC)  
Jaime Santos Junior\*\*\* (UFPR)

**A pesquisa social e o registro das memórias**

O legado de um conjunto de lutas e práticas de movimentos sindicais que ocorreram entre as décadas 1970 e 1980 estende-se até os dias atuais, com repercussões nos sindicatos e na literatura acadêmica mais especializada<sup>1</sup>. Nos últimos anos, têm-se observado uma crescente atenção à produção de iniciativas de registro de ações políticas do período da ditadura e da transição democrática, no Brasil, que coincidem, no tempo, com a efervescência dos movimentos de trabalhadores a que aludimos no título deste dossiê. Nele, o nosso objetivo é revisitar a história de movimentos de operários e de trabalhadores rurais através do registro da memória oral e documental a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Essa abordagem inspira-se no suposto de que a memória propõe uma interpretação viva de experiências vividas em outro tempo, não como meros resquícios, mas como ação que ocorre sob a influência do tempo presente (ROSENTHAL, 2014; POLLACK, 1989). O recorte proposto privilegiará dois importantes movimentos de trabalhadores, a saber, o dos metalúrgicos do ABC Paulista e de São Paulo e, na outra ponta, o dos canavieiros em Pernambuco, que protagonizaram ciclos de greves na virada dos anos de 1970 e início de 1980 e cujos efeitos se estenderam para o movimento mais

---

\* Professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jsergiollopes@gmail.com

\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do UFABC (PCHS/UFABC) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/Unicamp). E-mail: menezesmarilda@gmail.com

\*\*\* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PGSocio/UFPR). E-mail: jaimesjr@ufpr.br

1 Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Rodrigues (2019) e o dossiê organizado por Marco Aurélio Santana (2015) e publicado na revista Caderno CRH.

geral de democratização e de conquista de liberdades e direitos pelos trabalhadores. Sabemos que esses movimentos grevistas nunca foram vistos em perspectiva comparada, capaz de reunir narrativas sobre esses e fornecer pistas analíticas instigantes para outros investimentos. Não se quer com isso apenas inserir elementos novos nas histórias já produzidas em outros estudos, mas, sobretudo, colocar novas questões sob o prisma do registro da memória de indivíduos que estiveram envolvidos com aqueles acontecimentos. Onde está essa memória? De que forma ela é narrada e transmitida? Sondar os fragmentos que nos permitam reconstruir esse mosaico é também descortinar os silêncios, as omissões, as disputas entre diferentes narrativas. Por isso importa o “que” será dito e “quem” vai contar. Memória que é, nesta acepção, matéria viva que se insinua nas narrativas de vida. Eis o nosso desafio.

A maior parte dos artigos que compõe o dossiê – excetuando-se o da Silvia Adoue, *O caminho do Viejo Reales* – é resultado do projeto de pesquisa *Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70*, financiado pelo edital nº 12/2015, *Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais*, coordenado pelo professor doutor José Sergio Leite Lopes (CBAE/UFRJ). A equipe contou com pesquisadores da UFRJ, UFABC, Unifesp, UFPB, USP e UFCG, que são especialistas em trabalho urbano e/ou rural. Na divisão operacional da pesquisa, as equipes da UFABC e USP ficaram com o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as equipes da UFRJ, UFPB e UFCG ficaram com o caso dos canavieiros de Pernambuco e, por fim, os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos estiveram a cargo da equipe da Unifesp. Diferente do que usualmente se tem em projetos desta magnitude, em que as equipes coletam grandes volumes de informação para, na sequência, dar tratamento analítico, também ousamos um experimento metodológico diverso. Sucede que assumimos o suposto de que não poderíamos nos privar dos diferentes suportes dessas memórias, seja através do que pudesse ser captado pelo registro etnográfico nos sindicatos como *lugares de memória* (NORA, 1984), seja por meio da participação ativa dos nossos personagens.

A bem da verdade, há uma consequência epistemológica contida nesse tipo de arranjo uma vez que altera o estatuto conferido ao saber leigo quando recusa o entendimento que assume o conhecimento científico como sendo superior às explicações dadas pelos atores. Ao contrário, resolvemos tirar partido das explicações dadas pelos sujeitos tomando-os como intérpretes da realidade<sup>2</sup>. Isso implica em evidenciar e compreender a maneira como o contexto impregna os discursos, ao invés de meramente tentar evitar/controlar essa contaminação.

Imbuídos dessa ideia, promovemos reuniões de pesquisa nos dois polos do projeto. Em Carpina, Pernambuco, na sede social da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape), com a presença de antigos militantes de diferentes sindicatos de trabalhadores rurais e de alguns sindicalistas de São Paulo,

---

<sup>2</sup> Ver Poupart (1993).

levados especialmente para esse primeiro encontro. No momento seguinte, o segundo encontro teve lugar em São Paulo, com a presença de sindicalistas do ABC, Guarulhos, Osasco e São Paulo, além de alguns sindicalistas de Pernambuco. Ao promover esse diálogo entre os sujeitos da pesquisa, almejávamos também “produzir” em conjunto uma reflexão sobre as greves, as memórias e os desafios colocados para os trabalhadores hoje em dia. Tudo gravado em áudio e vídeo como recurso para também “produzir” memória.

O esforço para unir narrativas de ciclos grevistas, preservando as suas singularidades, é outro modo de arguir em favor da fertilidade analítica de combinações entre universos que, não raro, são tomados como apartados pela literatura especializada: o rural e o urbano. Não é temeroso dizer que esses cercamentos muitas vezes ocorrem à revelia de fenômenos que resistem ao enquadramento especializado do saber científico. Para o tema aqui em tela, trabalho e sindicalismo, no debate público, só há necessidade de especificar o que se estuda quando é o caso do trabalho rural, sindicalismo rural; não ocorre o mesmo para os que estudam trabalho/sindicalismo “urbano”. Isso faz com que, por exemplo, o trabalho “rural” não pareça devidamente albergado no guarda-chuva da sociologia do trabalho. Talvez, como estamos propondo, pensar esses dois grandes ciclos de greves enquanto *movimentos sociais* seja uma alternativa para unir narrativas sobre manifestações de trabalhadores que, mantendo as singularidades dos contextos em que estavam assentados, falam sobre a constituição do trabalho (verbo intransitivo) e do sindicalismo no Brasil.

No entanto recusar uma concepção estamental do “mundo rural”, que oscila entre premissas que ora vê as populações rurais como retardatárias do desenvolvimento econômico, ora como guardiãs de um modo de vida em vias de desaparecimento, não tem como corolário obnubilar possíveis distinções que marcam a dicotomia rural/urbano, mas deixar de assumi-la como questão sociológica<sup>3</sup>. Nessa acepção, importará compreender as práticas dos agentes e os sentidos a elas imputado para, só então, arguir em favor de “urbanidades” e/ou “ruralidades” que escapam da etiqueta (rural x urbano). Isso atinge diferentes aspectos da nossa pesquisa. A título de exemplo, a despeito do fato de que o trabalho no corte de cana seja uma atividade aparentemente “rural”, a sua tipificação jurídica é de trabalho industrial. Como mostrou Welch (2010), o Estatuto da Lavoura Canavieira, promulgado em 1941, teve o acréscimo de uma emenda em 1944 que representou a unificação do enquadramento jurídico dos trabalhadores, que estavam tanto na parte rural quanto na usina, sob um mesmo proprietário e cuja produção fosse direcionada à produção de açúcar. Nessa condição, e para o caso dos cortadores de cana, esses deveriam ser equiparados aos trabalhadores da indústria. Ainda segundo Welch (2010), isso ocorreu para garantir os benefícios da CLT, que, até então, excluía os trabalhadores rurais.

No livro que publicamos reunindo os principais achados do projeto<sup>4</sup>, Moacir Palmeira também chama a atenção para o mesmo fato ao dizer:

3 Ecoando a crítica feita por Martins (1981), também presente em Carneiro (1998), para citar alguns exemplos.

4 Ver: Leite Lopes & Heredia (2019).

---

Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, criaram-se os sindicatos de trabalhadores industriais em sua forma atual, e entre eles os sindicatos dos trabalhadores na indústria do açúcar. Esses sindicatos reuniam aqueles trabalhadores que, nos engenhos e usinas de açúcar, atuavam no processo de fabricação de açúcar e nas oficinas de manutenção. Apesar de formalmente representarem também os trabalhadores agrícolas das usinas, a eficácia desses sindicatos, se houve alguma para os operários de açúcar, parece ter sido nula para eles. Se alguns velhos moradores de engenho exibem suas carteiras de trabalho obtidas na época, seja por uma passagem rápida na indústria, seja por qualquer outro expediente, e falam do tempo de Getúlio Vargas como o de início do “fim do cativo”, não há notícia nem de documentação escrita, nem na própria história oral, de movimentos maiores que tenham contado com sua participação (PALMEIRA, 2019, p. 453-454).

No tocante às greves de fins da década de 1970 e início de 1980, observa-se como, para o caso dos metalúrgicos do ABC, o movimento atuava à revelia da Lei 4.330/64, a Lei de Greve, mantendo também alguma ressalva quanto à aproximação com as federações e confederações de trabalhadores. O oposto teria acontecido para o caso do sindicalismo rural, mas não é de somenos a importância das lutas que ocorreram em Pernambuco, e não somente lá, na superação das iniquidades que atingiam os trabalhadores rurais. De maneira insofismável, Leite Lopes (2019) lembra que,

Se a lei era limitada como possibilidade de conquista de direitos pelos trabalhadores e ambígua como garantia da liberdade de ação sindical, fora da lei o que sobrava era uma relação de força absurdamente desigual e desproporcional em favor dos senhores de engenho, um padrão de sociabilidade marcado por uma violência brutal. A atuação por dentro da lei, forçando as conquistas em meio às contradições entre a norma legal e a prática patronal, pavimentou e deu sentido à luta dos trabalhadores na Zona da Mata, antes, durante e ao final do Regime Militar (LEITE LOPES, 2019, p. 127).

É à luz de peculiaridades tais como essa que podemos calibrar o compasso de narrativas distintas, no que se refere aos movimentos grevistas de operários e canavieiros, para propor um enredo de lutas na história do sindicalismo brasileiro. Não se quer esmaecer o papel atribuído ao tipo de sindicalismo que surgiu no ABC Paulista, com os metalúrgicos, mas reivindicar a inserção, na mesma narrativa histórica, da luta dos trabalhadores rurais canavieiros. Para dar provas da desigual relação de forças no campo e na cidade, é suficiente citar o que captamos no registro etnográfico. Na visita a Fetape, em Carpina, os trabalhadores convidados fizeram questão de fixar nas paredes diversos posters com imagens dos colegas que tombaram na luta. Ali, poderíamos começar a pesquisa pelo cemitério, em memória dos sindicalistas que foram perseguidos e assassinados brutalmente a mando do patronato das usinas. Bem diverso era o cenário no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que não contabiliza em número de mortes o saldo dos que participaram das lutas; a denotar formas diversas de opressão das lutas dos trabalhadores naquela conjuntura.

No artigo *Memórias cruzadas de movimentos específicos: a comparação entre práticas sindicais de trabalhadores da cana e metalúrgicos no período de acumulação de forças anterior ao ciclo de greves do final dos anos 70 e dos anos 80*, José Sérgio Leite Lopes, José Carlos Matos, Antônio Carriço e Míriam Starosky desenvolvem uma análise do processo de acumulação de forças, no período da ditadura militar no Brasil, que contribuíram para a emergência do ciclo de greves dos canavieiros do sistema Fetape-Contag, metalúrgicos de São Paulo e metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e que eclodiram no final da década de 1970 e início de 1980. Ao colocar em diálogo as trajetórias e experiências dos trabalhadores rurais e industriais, os autores buscam compreender como era a situação dos sindicatos no contexto do golpe militar, como eles se reconstituem após as primeiras intervenções e perseguições aos seus militantes e quais as lutas dos anos anteriores têm importância na emergência das greves que se iniciaram em 1978.

Em *Sindicalismo, autoritarismo e repressão entre dois polos: as greves metalúrgicas de Osasco em perspectiva histórica (1968-1980)*, Maria Gariela Marinho, Eliane Meza e Karen Fonseca analisam a participação do Exército e de empresários, sobretudo na conjuntura de 1968, um dos momentos mais agudos do fechamento político durante o regime militar. Tornar esses personagens como sujeitos de análise fundamenta-se no argumento da mudança de escala e natureza da repressão e seu deslocamento de forças policiais para as “atribuições” das Forças Armadas, em particular do Exército. Inspiradas pelo método indiciário de Carlo Ginzburg, as autoras afirmam que as fontes analisadas, mesmo que fragmentadas, permitem estabelecer conexões e elos causais entre forças econômicas, elites políticas, aparatos e ações repressivas que atuaram sobre sindicatos e operariado. Sindicatos e sindicalistas passaram a compor o espectro do “inimigo interno” definido na Doutrina de Segurança Nacional. Ao recolher vestígios da conjugação de interesses empresariais com os dispositivos militares na repressão aos movimentos sociais, em especial a organização sindical, o artigo defende a perspectiva de análise de que há associação entre a criação da Operação Bandeirantes (Oban) e os eventos de Osasco, sobretudo a greve protagonizada pelos metalúrgicos da cidade em julho de 1969, no contexto do endurecimento do regime.

Murilo Leal, no artigo *Das greves de 1978 à “bolsonarização” do Brasil: afirmação e negação do sujeito democrático*, persegue o desafio de refletir a questão da democracia a partir de três eventos históricos: o ciclo de greves dos finais da década de 1970 e início de 1980, a formação do Partido dos Trabalhadores e as eleições de 2016. Da coalizão ampla participaram outros setores sociais, desde empresários até uma ampla franja da classe média. Adota como eixo analítico o conceito de “sujeito democrático”, compreendido como uma articulação ampla entre a classe trabalhadora, organizada e mobilizada nas greves e outras campanhas, e os chamados setores populares. A derrota eleitoral do candidato Fernando Haddad para a Prefeitura de São Paulo em 2016, o processo do impeachment de Dilma e a eleição de Bolsonaro em 2018 são eventos que, segundo o autor, têm relação com o enfraquecimento do sujeito democrático e a emergência do

processo de “bolsonarização” da sociedade, que significa o avanço político da extrema direita que, de certo modo, aproveita a onda conservadora de alcance internacional.

No artigo *Os trabalhadores canavieiros de Pernambuco e o “novo sindicalismo”: revisitando a questão*, Mário Ladosky e Roberto Vêras elaboram um diálogo entre a memória das greves dos canavieiros de Pernambuco e as práticas sindicais que a elas estiveram associadas com o discurso sobre o “novo sindicalismo”. Esse foi forjado nas greves operárias e na organização sindical do ABC Paulista tornando-se a matriz para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O artigo mostra que, embora as práticas sindicais dos canavieiros de Pernambuco, do fim da década de 1970 e início de 1980, não sejam identificadas como “novo sindicalismo”, apresentam muitos pontos de convergência, como a luta por renovação das direções sindicais, fortalecimento da representação sindical nos locais de trabalho e da participação e representação dos trabalhadores para o enfrentamento aos patrões e ao Estado. É um tipo de sindicalismo que se constrói enquanto instrumento de luta, mobilização e organização dos trabalhadores na busca de direitos de cidadania e dignidade contra os interesses patronais. Os autores defendem que os trabalhadores canavieiros teriam praticado, a seu modo, um sindicalismo tão combativo quanto aquele ao qual esteve associada a marca do “novo sindicalismo”, sem que para isso tenha feito parte desse agrupamento.

Em *Invisibilidades, insurgências e emergências: “Mulheres Briguentas” no Movimento Sindical do ABC Paulista*, Deise Recoaro, Marilda Menezes, Sidney Jard e Jaime Santos Jr. analisam as memórias registradas em entrevistas biográficas com três ex-lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC). Os(as) autores(as) compreendem que as memórias se revelam como “narrativas de si”, reconhecendo a competência de agência dos sujeitos ao reconstituir, editando, suas histórias. O caráter sexuado das memórias parece revelar não apenas nuances nas formas de narrar as histórias de vida e trabalho de mulheres e homens operários, mas produz, nelas, efeitos até o presente. A análise das trajetórias sugere que as mulheres assumiam, em diferentes contextos, posturas contestatórias diante do que consideravam injustiça, traduzidas na expressão “briguentas”. A compreensão das clivagens e resistências presentes nessas trajetórias é interpretada na chave que contempla a simbiose entre vida familiar e vida pública. As mulheres questionaram o *ethos* sindical masculinizado e tiveram as vidas marcadas pelas repercussões, no ambiente familiar, do preconceito vivido no trabalho e na militância. O recurso, nas narrativas, a atributos de caráter, quase que como aspectos de ordem psíquica, tal como “briguentas”, “rebeldes”, “loucas” era reivindicado como mecanismo explicativo para as estratégias de luta nos cotidianos de trabalho.

Por fim, valendo-se de outra fonte de análise, Silvia Adoue, em *O Caminho do Viejo Reales* analisa o filme “El camino hacia la muerte del Viejo Reales” (1974), do cineasta tucumano Gerardo Vallejo, membro do grupo Cine Liberación. Trata da situação dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, da agroindústria e funcionários de escritório, além dos agricultores familiares no contexto da crise dos engenhos na década de 1960. O filme utiliza procedimentos

da literatura de testemunho latino-americano e registra a história da família Reales, que são trabalhadores assalariados do corte da cana na província de Tucumán. As narrativas biográficas do pai – o velho Reales – e de três dos doze filhos são um registro das singularidades de suas trajetórias e experiências, bem como reflexões sobre a classe dos trabalhadores, dos patrões, suas lutas, organização sindical e política. O cineasta, Vallejo, atua como um mediador letrado que, em acordo com as testemunhas, transcreve e edita as falas autobiográficas, com a ressalva do relato de um dos filhos – El Pibe – que não é assumido explicitamente como autobiográfico, mas que apresenta aspectos de realidade e ficção. As intersecções entre verdade e ficção constituem a organização do texto e imagem que pretende ser um documento a serviço da organização dos trabalhadores. Nesse sentido, segundo a autora, há o encontro entre as lutas e o cinema como instância de reflexão e intervenção dos militantes sindicais e políticos dos canaviais, mas também dos trabalhadores pensando a própria ação naquele período histórico.

Que o leitor possa encontrar nos textos aqui reunidos o estopim para um debate em torno das questões que suscitamos e que, sabemos, não esgotam as possibilidades de leitura do grande Ciclo de Greves que motivou o nosso enredo. Boa leitura!

## Referências

- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- LEITE LOPES, Jose Sergio. Introdução. In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 23-80.
- LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- MARTINS, José de Souza. Introdução: As Coisas no lugar. In : MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 11-38.
- NORA, Pierre (org.). **Les Lieux des Mémoire**. Paris : Gallimard, 1984.
- PALMEIRA, Moacir. Conflitos de classe sob regime autoritário: o caso do Nordeste. In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 451-489.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278> Acesso em : 20 set. 2019.
- POUPART, Jean. Discours et débats autour de la scientificité des entretiens de recherche. **Sociologie et Sociétés**, v. 25, n. 2, p. 93-110, 1993. Disponível em: <https://id.erudit.org/iderudit/001573ar> Acesso em: 06 out. 2018.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17116>. Acesso em: 04 fev. 2019.

RODRIGUES, Iram J. (org.). **Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas** (1978-2018). São Paulo: Annablume, 2019.

SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foram os sindicatos? **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 453-456, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792015000300453&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300453&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 14 mai. 2018.

WELCH, Clifford. A. **A Semente foi Plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.